

# O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro<sup>1</sup>

**Simony Lopes da Silva Reis**

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.  
e-mail: simony.geo@gmail.com

**Noeli Pertile**

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.  
e-mail: noeli.pertile@yahoo.com.br

## Resumo

O modelo de crescimento econômico brasileiro está pautado na separação sociedade-natureza e na mercantilização desta última e de toda a vida que a compõe. Esta racionalidade econômica expressa a coexistência assimétrica de diferentes modos de produção que acompanham o processo de modernização do campo brasileiro, associado à dinâmica e disseminação do agronegócio em escala mundial onde características da modernidade são acompanhadas pela permanência de instrumentos colonialistas. Neste sentido, este artigo se propõe a discutir a contradição entre a modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado nos cerrados brasileiros, especificamente no oeste da Bahia, área participante do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – PDA MATOPIBA. A discussão destaca as formas de sobreposição e imposição do modo de vida hegemônico aos diversos modos de vida tradicionais nos cerrados, assim como destaca a degradação dos elementos naturais em função da substituição dos cerrados por grandes áreas de monoculturas.

**Palavras-chave:** Monocultura; agronegócio; territorialização; natureza.

## MATOPIBA: the modernity and coloniality of Brazilian agricultural development

### Abstract

The model of Brazilian economic growth is based on the separation of society and nature and on the commodification of the latter and of all the life that composes it. This economic rationality expresses the asymmetrical coexistence of different modes of production that accompany the process of modernization of the Brazilian countryside, associated to the dynamics and dissemination of agribusiness on a world scale where characteristics of modernity are accompanied by the permanence of colonialist instruments. In this sense, this article proposes to discuss the contradiction between modernity and coloniality present in the relations of territorialization of globalized capital in the Brazilian cerrados, specifically in western Bahia, a participant area of the MATOPIBA - PDA MATOPIBA Agricultural Development Project. The discussion highlights the forms of overlap and imposition of the hegemonic way of life to the different traditional ways of life in the Cerrados, as well as the degradation of the natural elements due to the substitution of the cerrado by large areas of monocultures.

**Keywords:** Monoculture; agribusiness; territorialization; nature.

---

<sup>1</sup> Texto vinculado ao projeto de doutorado intitulado Faces e Fases da Territorialização do capital globalizado nos cerrados do centro-norte brasileiro, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na modalidade bolsa de doutorado.

## **MATOPIBA: la modernidad y la colonialidad del desarrollo agrícola brasileño**

### **Resumen**

El modelo de crecimiento económico brasileño está pautado en la separación sociedad-naturaleza y en la mercantilización de esta última y de toda la vida que la compone. Esta racionalidad económica expresa la coexistencia asimétrica de diferentes modos de producción que acompañan el proceso de modernización del campo brasileño, asociado a la dinámica y diseminación del agronegocio a escala mundial donde características de la modernidad son acompañadas por la permanencia de instrumentos colonialistas. En este sentido, este artículo se propone discutir la contradicción entre la modernidad y la colonialidad presentes en las relaciones de territorialización del capital globalizado en los cerrados brasileños, específicamente en el oeste de Bahía, área participante del Proyecto de Desarrollo Agropecuario del MATOPIBA - PDA MATOPIBA. La discusión destaca las formas de superposición e imposición del modo de vida hegemónico a los diversos modos de vida tradicionales en los cerrados, así como destaca la degradación de los elementos naturales en función de la sustitución de los cerrados por grandes áreas de monocultivos.

**Palabras clave:** Monocultura; agronegocio; territorialización; naturaleza.

### **Introdução**

A década de 1970 é marcada por profundas mudanças no que se refere à forma de apropriação e transformação da natureza em bem comercializável em grande escala de produção. A Revolução Verde que encabeçou este processo tem como fundamento central a tecnologia, a monocultura em escala global sendo um importante evento para difusão do meio técnico-científico-informacional, o qual se configura como expressão física do capitalismo, ou seja, reflete as dinâmicas do capital no processo de globalização dos mercados mundiais através da dinâmica dos sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais se configuram enquanto equipamentos concretos e as relações imateriais estabelecidas entre estes (SANTOS, 2006).

Pensar nesta perspectiva é compreender a desigualdade inerente a este arcabouço técnico, uma vez que ele está imbuído de intencionalidades que podem, e de fato estão, a favor do capital e da ampliação e verticalização dessas desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2001; 2006). A partir deste contexto, este artigo tem como objetivo discutir acerca da contradição entre a modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado nos cerrados brasileiros, especificamente no oeste da Bahia, área participante do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA).

A dominação de uma determinada porção do espaço geográfico a partir de intencionalidades específicas e voltadas para o capital impõe uma desterritorialização das bases tradicionais de produção, pautadas em temporalidades diversas e ancestrais para uma territorialização do “novo”, o moderno com sua base tecnológica legitimada pela ciência

moderna e cada vez mais voltada para a dinamicidade dos tempos curtos, ou seja, da produção mais acelerada e em maior quantidade.

Este processo não ocorre de forma linear, nem ocasionando exclusões imediatas, trata-se de assimetrias em que o moderno e o colonial co-existem, principalmente nas formas com que as relações sociais se estabelecem, onde as bases técnicas são cada vez mais avançadas e interligadas aos mais novos meios informacionais ao passo que as relações de trabalho não acompanham tais avanços, afirmação comprovada pelos dados dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relação a lista de trabalho escravo no Brasil, em que sua grande maioria estão no campo e em empresas do agronegócio. O caráter contraditório da modernidade e da colonialidade também se materializa nas formas de apropriação das terras, prevalecendo a grilagem, a pistolagem e o conflito armado na formação de grandes empreendimentos com elevado aporte de tecnologia de ponta para produção de *commodities*, como pode ser observado nos trabalhos de Santos e Vale (2012), Haesbaert (1997), Porto-Gonçalves e Chagas (2018) entre outros.

A revolução das técnicas no modo de produção do campo foi sendo ampliada e renovada em “tempos curtos”, assim como a própria produção que obedece a lógica fordista do imediatismo, não respeitando leis básicas da natureza, a exemplo do processo de resiliência que se configura como o período necessário para que o sistema natural se restabeleça diante de alguma alteração na sua dinâmica normal, seja ela de força natural ou social. Desta forma, também nesta análise, a assimetria se revela, uma vez que duas temporalidades estão em conflito. Uma temporalidade acelerada, característica do modo de produção capitalista agrário-exportador; e outra, a dos sistemas naturais que obedece suas próprias leis, além das temporalidades dos diversos sistemas sociais que habitam as áreas dos cerrados e que possuem suas dinâmicas e organizações próprias, as quais se veem ameaçadas diante do modelo hegemônico que se territorializam cada vez com maior intensidade (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018).

Neste sentido, a implantação dos novos espaços agrícolas passa por profundas transformações decorrentes dos modelos de desenvolvimento econômico-financeiro produtivo, os quais têm por fundamento a separação e afastamento do ser social e a natureza. Porto-Gonçalves (2006, p. 81) realiza uma reflexão acerca do termo des-envolvimento no sentido de tirar o envolvimento, onde aponta que “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território”, trazendo a reflexão acerca das escolhas e estratégias dos modelos hegemônicos.

A industrialização das atividades agrícolas, especialmente através de complexos agroindustriais, é denominada modernização da agricultura, apontada por Santos (2015) como reflexo da lógica da globalização do capital no campo. Lógica que obedece a um sistema onde o capital é o foco central das relações, a racionalidade é puramente econômica. A

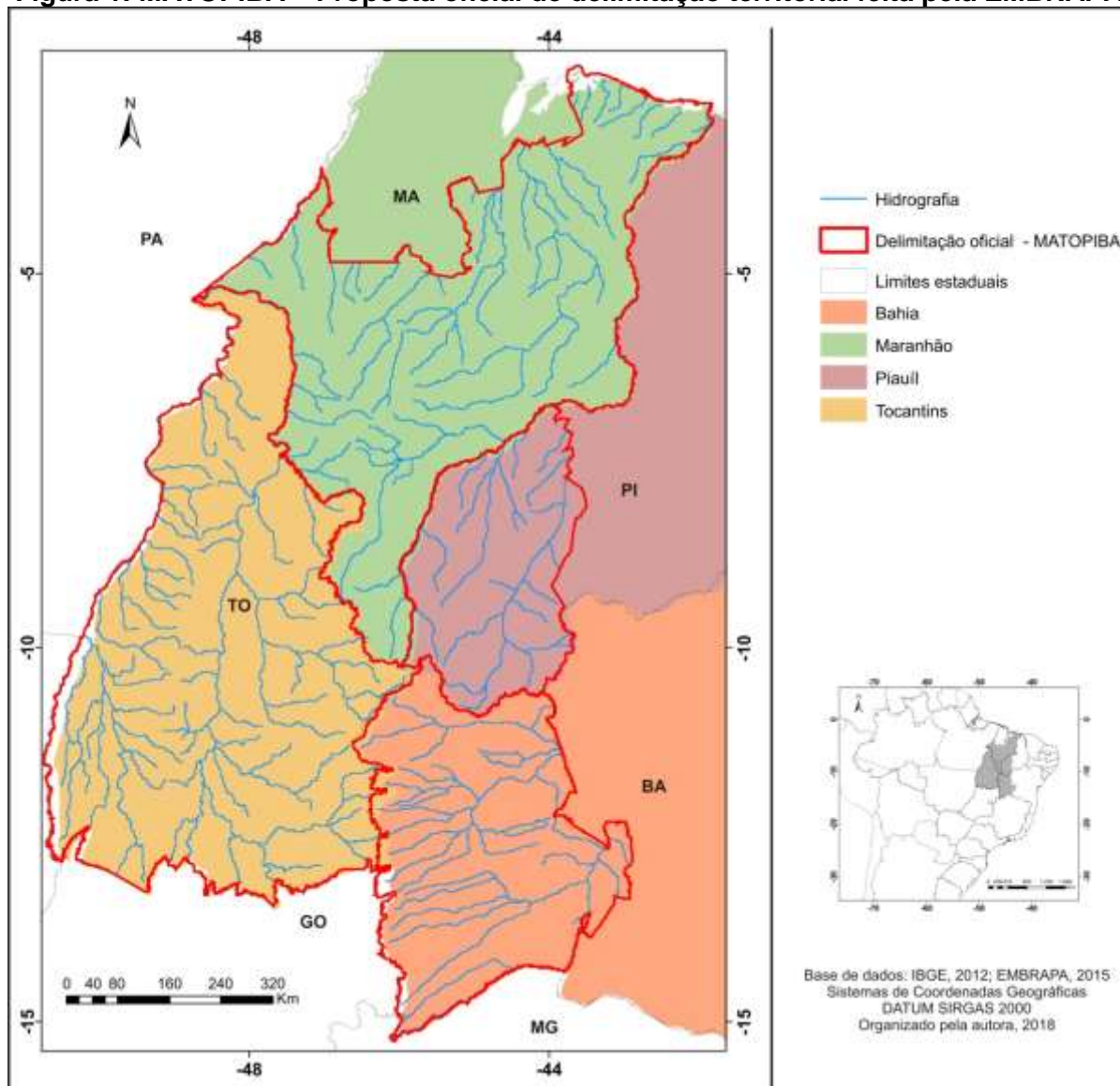
globalização das relações financeiras aponta para a modernidade do sistema técnico, científico e informacional, assim como para a colonialidade, uma vez que esta se define pelo processo resultante da “dominação político-econômica de uns povos sobre outros” (QUINJANO, 2002, p.23).

Um destes espaços de dominação do capital é a área territorial dos cerrados do nordeste brasileiro delimitada pelo Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – PDA - MATOPIBA, criado pelo Decreto nº Decreto 8.447 em maio de 2015 formado por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Figura 02) numa confluência de interesses do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Uma macrorregião em pleno desenvolvimento econômico pautado no agronegócio de grãos subordinados ao capital estrangeiro. A área possui variáveis que favorecem a apropriação de suas terras e riquezas naturais. Primeiramente o baixo preço das terras e a reduzida obrigação no que se refere à preservação ambiental das áreas de cerrado, uma vez que segundo a legislação ambiental brasileira, especificamente o Código Florestal (Lei 12.651/2012) indica que 35% das terras de uma propriedade do cerrado devem ser destinadas à preservação, ao passo que no domínio morfoclimático da Amazônia esse percentual é acima de 80% (BRASIL, 2012). Com a aprovação do Novo Código Florestal em 2018 houve ainda mais flexibilização para a apropriação e uso das riquezas naturais dos cerrados com reduzida atuação dos setores ambientais, atraindo ainda mais os olhares de investidores do setor do agronegócio na região.

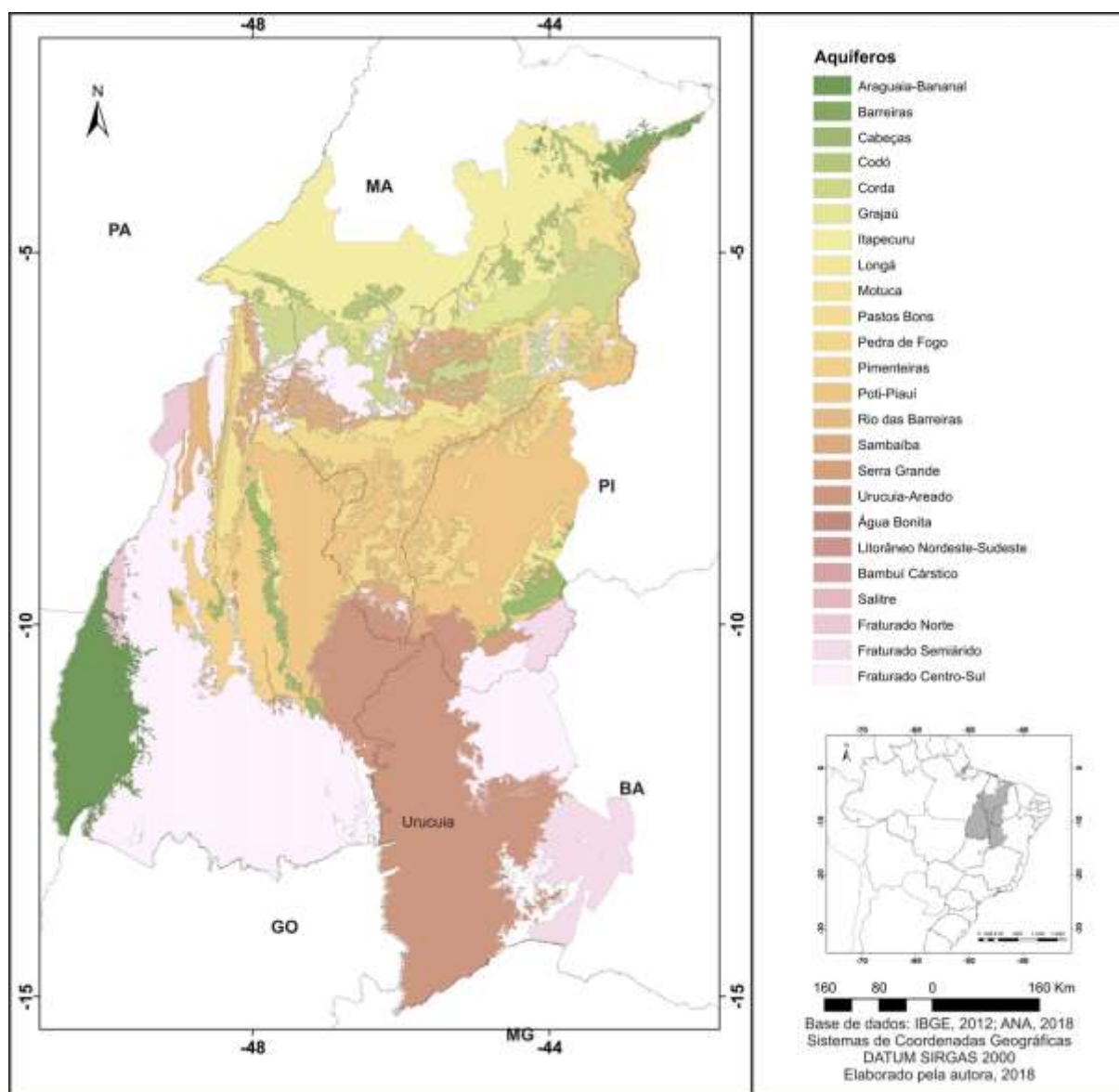
Além dos baixos preços e da flexibilidade da legislação ambiental, os cerrados possuem condições físico-naturais como o relevo predominantemente plano, solos profundos e disponibilidade hídrica tanto superficial quanto subterrânea que são de extremo interesse na produção agropecuária e constituem também, variáveis relevantes para a territorialização dos grandes empreendimentos agropecuários nos cerrados. É no cerrado que se encontram os aquíferos de maiores proporções de armazenamento de água do Brasil como o Urucua (Figura 2), assim também como muitas nascentes de rios e seus principais afluentes, como o Rio Preto, Rio Grande, Rio Arrojado, Rio Formoso localizados na região oeste da Bahia e são afluentes potenciais do Rio São Francisco.

**Figura 1: MATOPIBA – Proposta oficial de delimitação territorial feita pela EMBRAPA**



Fonte: IBGE, 2012; EMBRAPA, 2015. Elaborado pela autora

**Figura 2: Aquíferos abrangidos pelo Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA**



Fonte: IBGE, 2012; ANA, 2018. Elaborado pela autora.

O capital estrangeiro aliado às elites nacionais tem, cada vez mais, se territorializado no campo brasileiro sob forma de extensas áreas de produção agropecuária<sup>2</sup>, especialmente das monoculturas, o que tem ocasionado uma série de transformações no espaço geográfico, tanto no que se refere às alterações na paisagem com a substituição de vegetação nativa por desertos verdes, quanto nas relações sociais e de trabalho, e principalmente no que se refere aos conflitos agrários, os quais se configuram como expressões resultantes da modernização conservadora.

<sup>2</sup> De acordo com levantamento realizado pelos estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros em 2008, que abarcavam uma área total de 4.037.667 hectares.

O papel dos setores políticos, nessa dinâmica de inserção do capital estrangeiro no campo brasileiro é de fundamental importância, principalmente ao que se denominada Bancada Ruralista a qual corresponde a 45% da Câmara Federal e 33% do Senado, pois é através desta bancada que os projetos de desenvolvimento agropecuário são pensados, aprovados e operacionalizados, assim como ocorreu com o PDA – MATOPIBA de autoria da então Senadora Kátia Abreu, em 2015 (VIGNA, 2018).

## Procedimentos metodológicos

Tendo este texto caráter de discussão conceitual, a base metodológica para sua elaboração se firma na pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos e relatórios onde foram feitas reflexões sobre temas e conceitos relacionados à temática buscando evidenciar as contradições acerca da modernidade e colonialidade co-existentes no processo de territorialização do agronegócio no Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Foram considerados como temas/conceitos centrais: Desenvolvimento, Território/territorialização, Fronteira, Colonialidade e Modernidade tomando como fundamento os estudos de Lang *et al* (2016), Porto-Gonçalves (2006), Haesbaert (1997/2010), Leff (2007), Lander *et al* (2005) dentre outros que colaboraram para compreender as dinâmicas das relações sociais do e no campo brasileiro com toda sua complexidade e contradição. Dentre as diversas publicações, o Relatório sobre violações dos direitos humanos resultante da Caravana MATOPIBA em 2017 (PITTA, F. T.; CERDAS, G, 2017), o Atlas do Agronegócio (ANNE-KRISTIN BERGER e HEINRICH BÖLL, 2018) e o artigo do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves e de Samuel Chagas da Comissão Pastoral da Terra de Bom Jesus da Lapa (Porto-Gonçalves e Chagas, 2018) tiveram fundamental relevância no sentido de compreender as realidades no que se refere à Bahia, mas também para além do território baiano, abarcando os demais estados que estão inseridos na lógica monocultora do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA.

Para a interpretação e compreensão das desigualdades existentes internamente na região do extremo oeste baiano, foram coletados dados estatísticos do Produto Interno Bruto numa série temporal de treze anos (2002 a 2015), correspondentes ao último levantamento disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os mapas de delimitação (Localização do MATOPIBA) e temáticos (Aquíferos) foram gerados a partir de dados pré-existentes no formato *shapfile* disponibilizados pela Empresa Brasileira de Estudos e Agropecuária – EMBRAPA, pela Agência Nacional das Águas (ANA) e pelo IBGE.

O mapeamento multitemporal do avanço do front de expansão do agronegócio na região do extremo oeste baiano foi realizado por meio da base de dados do *Shuttle Radar Topography Mission* - SRTM/NASA (1975, 2000 e 2013) com imagens do satélite *LandSat 7*

TM+ cujas composição das bandas foram R3G5B4 correspondente a composição do visível. Com base nas imagens foi realizada a classificação supervisionada com interpretação em tela, identificando os usos das terras, tendo como centralidade as áreas de vegetação, de agropecuária e dos pivôs centrais que expressam espacialmente o avanço da fronteira do agronegócio sobre os cerrados baianos. As informações referentes à série histórica de desmatamento, tomando como base a substituição da vegetação nativa do cerrado por áreas destinadas ao uso agropecuário foram coletadas na plataforma do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – MAPBIOMAS versão 3.0 disponibilizada ao público no corrente ano de 2018.

A partir dos levantamentos estatísticos e análises teórico-conceituais da revisão bibliográfica, o texto foi construído tomando como fundamento a ideia da contradição presente no sistema produtivo brasileiro, expressa pela modernidade e colonialidade, faces contraditórias e ao mesmo tempo complementares no que se refere ao modelo de desenvolvimento hegemônico de produção no campo brasileiro.

## **Pensando o campo brasileiro**

O campo brasileiro, seguindo a dinâmica da chamada modernização da produção, se coloca, muitas vezes, numa posição servil, uma vez que recebe o “pacote”/ “modelo” de como produzir, o que produzir e para quem produzir. O que mais seria este processo que não seja colonial? A colonialidade, neste sentido, se expressa pela manutenção de práticas espaciais de produção que têm em suas bases uma sociedade marcada pelo mercantilismo, antinacionalista, antidemocrática e antissocial (SAMPAIO, 2012) características que impedem o fortalecimento de uma soberania nacional voltada para os interesses da sua população.

Os modelos de produção fundamentados pelo desenvolvimentismo e mais recentemente pelo neodesenvolvimentismo no Brasil, não promoveram rupturas necessárias para que o país pudesse efetivamente avançar, no sentido de bem-estar social. A relação de dependência externa e a segregação social permanecem como heranças da colonialidade, principalmente na “dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo – Estruturas típicas da economia colonial” (SAMPAIO, 2012, p. 682). Acompanhado ao colonialismo estrutural expresso pelo formato de produção, a forma de pensar também se expressa enquanto outra faceta da colonialidade.

Neste sentido, Quijano (2005) aponta sobre a colonialidade do saber como expressão profunda da dominação dos povos, principalmente nos países da América Latina. Sociedades que sofreram e sofrem forte dominação da racionalidade capitalista/econômica/eurocêntrica, que tiveram seus modos de vida ceifados em função do modo de vida imperial, ou seja, aquele estabelecido pelos dominadores. Destaca ainda que



mesmo com o fim do colonialismo, não se findou a colonialidade, ou seja, as estruturas de dominação perduram até os dias atuais em suas diferentes faces e fases.

Pensar na dinâmica do avanço das fronteiras no capital globalizado sobre os cerrados do nordeste brasileiro é refletir sobre a colonialidade que a modernização impõe às populações locais ao invisibilizar e silenciar vidas, culturas, costumes, da negação aos modos de vida locais com suas especificidades e particularidades, principalmente nas suas relações com a natureza. Neste sentido Lander (2005) aponta que “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (CLAVERO, 1994 *apud* LANDER, 2005, p.10).

Esta violação de direitos coletivos é perceptível no próprio processo de formação territorial das áreas hoje apropriadas pelo agronegócio. Tomando como exemplo a porção extremo oeste da Bahia, um dos grandes polos de produção do agronegócio globalizado, o histórico de formação territorial expõe as formas colonialistas que de maneira intensa abalou as temporalidades locais e modificou profundamente as paisagens do cerrado baiano.

A região do extremo oeste baiano, também conhecida como Além São Francisco, devido sua localização geográfica, teve sua ocupação marcada pela relação intensa com os cursos d’água, uma vez que as aglomerações sociais se deram acompanhando os cursos dos rios da região. Este tipo de ocupação influenciou fortemente no que se refere à formação de traços socioculturais marcados pelo imaginário coletivo em relação aos rios e à vegetação dos cerrados, como pode ser observados em diversas letras de cantigas, canções e poesias que estão no cotidiano das comunidades. Em uma das diversas canções as riquezas da fauna e flora são exaltadas como parte do modo de vida das populações, assim como pode ser observado na canção cujo título se refere a um fruto típico dos cerrados, o Araticum.

*Araticum é planta do cerrado  
Não é madeira de lei  
Araticum é madeira branca  
Não vira cadeira de rei  
Vive sempre em terra pobre  
Tem porte altivo e nobre  
Tem onça aos teus pés  
Tucano e sabiá  
Outros bichos vem provar  
O manjar do cerrado  
Cheiro exalado, o vento exalando o cheiro,  
O cheiro adocicado  
Cheiro do cerrado, o vento espalhando  
Cheiro de fruto esborrachado  
Separa casca e sementes  
Põe a polpa em calda quente  
Poupe no açúcar  
Araticum é doce naturalmente.*

Araticum – Mestre Arnaldo e os Sons do Cerrado, 2002.

A canção revela a relação entre a natureza e as populações locais. A continuidade dos modos de vida precisa da fauna e da flora, assim como o olhar de preocupação - “Araticum é madeira branca, não é madeira de lei” - com o avanço de algo que pode ferir o que lhe é sagrado. É importante ressaltar que assim como os cerrados possuem suas paisagens múltiplas, as populações que o habitam também possuem diversidades e particularidades.

Antes da tecnificação do campo do oeste da Bahia através dos sistemas agronegociantes, as formas de ocupação e uso da terra eram plurais. Entre os séculos XIX e XX estas formas eram predominantemente tradicionais com cultivos de feijão, milho, mandioca que eram a base da cultura alimentar local. Assim como a pecuária extensiva nas áreas de uso comum, os chamados Fundos e Fechos de pasto, caracterizados como extensas áreas de uso comum, ou os gerais como a população local os denomina, locais de vegetação preservada, localizada geralmente nos chapadões do cerrado baiano, onde era criado o gado no sistema extensivo. Neste sentido, Brandão (2010) destaca:

A diversidade era a marca principal da pequena produção agrícola regional, que era composta de gado (em maior escala que as demais), pesca, feijão, algodão, fumo e atividades extrativas (BRANDÃO, 2010, p. 39).

A região permaneceu durante muitos anos com uma mesma forma de inserção na divisão regional do trabalho: pecuária extensiva, agricultura mercantil simples, praticada principalmente nos vales, e extrativismo para exportação. Com base nestas formas de organização social da produção desenvolveu-se a economia de maneira lenta, sendo restritos os níveis de ocupação do espaço na extensa área territorial, que era explorada de forma rarefeita, representando uma territorialidade, cujas temporalidades não conflituavam com as da natureza. Sua base econômica era, assim, fundamentalmente agrícola, produzindo gêneros alimentícios e matérias-primas com baixa incorporação de valor (BAHIA, 1998).

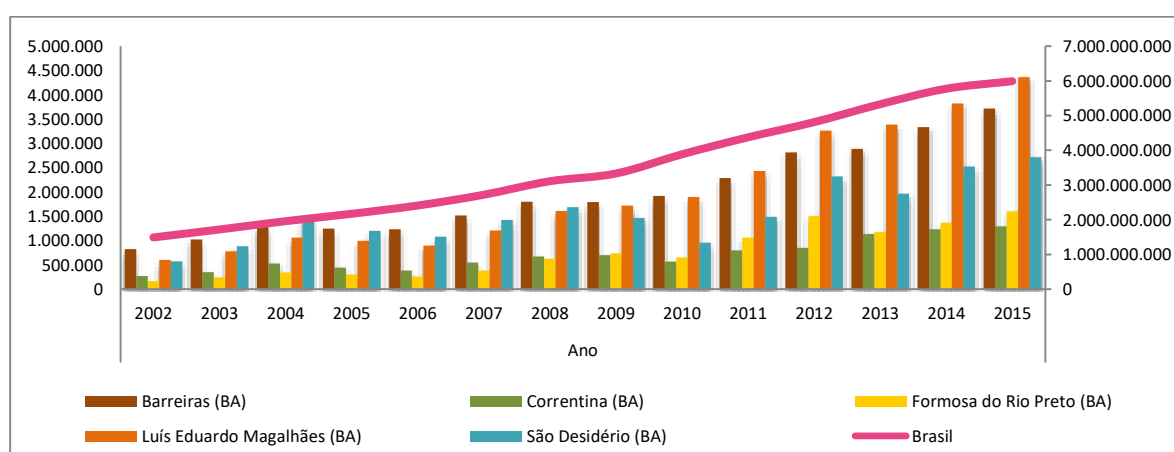
Em contraposição à diversidade dos modos de vida locais invisibilizados historicamente na região do extremo oeste da Bahia, marcado pela intensa concentração fundiária, um novo padrão de ocupação é direcionado pelas áreas de cerrados brasileiro a partir da década de 1960, impondo uma maneira única de viver, a monocultura em produzir. Este novo padrão de ocupação dos cerrados está diretamente relacionado às estratégias da Revolução Verde que, por meio da centralidade da técnica e do cientificismo, impuseram suas concepções de dominação e de poder em busca do progresso econômico, pautado basicamente no crescimento econômico, homogeneizando as formas de produção de alimentos, assim como reduzindo também as variedades destes por meio da manipulação de sementes.

A partir das décadas de 1970/1980 a região oeste da Bahia deparou-se com modificações estruturais expressivas, resultantes de programas e projetos voltados para a

interiorização da ocupação das terras brasileiras, atendendo interesses das elites nacionais em cooperação com interesses internacionais. O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)<sup>3</sup>, implantado no início da década de 1980 entre o Brasil e o Japão, é considerado o mais importante vetor de transformações nos cerrados brasileiros, beneficiando o grande capital do agronegócio ao propiciar a acelerada expansão dos *fronts* agrícolas, trazendo consigo toda a estrutura de dominação e invisibilização das comunidades locais. Muito mais que o conflito de interesses neste processo, o conflito de racionalidades se materializam no espaço sob a contradição diversidade X monoculturas. A monocultura da mente (SHIVA, 2003) promove um total deslocamento da relação sociedade e natureza, empobrecendo o que antes era rico, plural e complexo.

Nesta perspectiva, o PRODECER desencadeou na região oeste da Bahia, assim como em diversas outras regiões dos cerrados brasileiros, profundas modificações no que se refere à estrutura fundiária e produtiva ao incentivar a criação e ampliação de fazendas de grandes extensões territoriais, com características empresariais e com capacidade técnica voltada para especialização espacial, ou seja, especialização produtiva com predomínio da monocultura em larga escala, especialmente de grãos como a soja, o arroz e o milho. Com base nas características edafoclimáticas e político-administrativas da região, a implementação do agronegócio no extremo oeste da Bahia, em apenas 10 anos assumiu destaque no cenário nacional com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o que continuou ocorrendo ao longo dos anos como pode ser observado no gráfico 1.

**Gráfico 1: Produto Interno Bruto dos cinco municípios mais produtores de agronegócio no oeste baiano – série histórica 2002 - 2015**



Fonte: IBGE, 2017

<sup>3</sup> “O programa teve início pelo acordo entre o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, que estabelecia a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola”. Disponível em: <https://www.campo.com.br/proceder/>. Acessado em: 21/10/2018, às 16:37h.

As principais e mais profundas modificações da dinâmica deste espaço ocorreram a partir da década de 1980, quando da ressignificação da funcionalidade do mesmo frente às necessidades do modelo hegemônico de desenvolvimento nacional com o processo crescente de territorialização do capital nas áreas de cerrado. O projeto de modernização da agricultura, inaugurado no Brasil na década de 1970, chegou tardiamente ao oeste da Bahia e levou consigo uma série de transformações nas formas de produção do espaço, sendo a ruptura dos modos tradicionais de uso da terra uma das principais. Essa desterritorialização dos modos de vida locais para a reterritorialização alicerçada no pacote tecnológico de produção agrícola resultou, pois, no desencadeamento de conflitos, principalmente em relação à apropriação das riquezas naturais (HAESBAERT, 1995).

Acompanhado desse processo de chegada, do “novo e moderno” as expressões de colonialidade se ampliam. A chegada do estrangeiro às terras para “levar o progresso”, também pode ser considerada uma faceta da colonialidade intrínseca ao modelo de agronegócio nacional, uma vez que o embate de culturas, ideais e modos de vida locais entram em conflito, principalmente por meio do cercamento dos Gerais (assim denominadas as terras de cerrado), pela propriedade privada com sua lógica de produção específica e degradante. Haesbaert (1997) destaca as conflitualidades entre as diferentes formas de pensar e agir dos nordestinos e gaúchos que migraram para o oeste baiano desencadeando conflitos não somente territoriais, mas também culturais. Em análise complementar, a este respeito Diniz (1982) aponta que:

Os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que destruíram o camponês e sujeitaram-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ 1982, p. 133).

Como toda e qualquer transformação espacial, esse processo foi permeado por conflitos sociais e, na região, emergiram de forma violenta pela disputa por terras; muitas das quais foram adquiridas de maneira ilegal ou irregular, por meio da grilagem (ALVES, 2015). A ocupação desse espaço fez parte, a partir do fim da década de 1970, de um processo amplo de modernização da agricultura brasileira, pois ofereceu oportunidade de expansão da fronteira agrícola, que enfrentava restrições no Centro Sul e dificuldades de penetração na Amazônia. O incentivo à implantação da moderna agricultura para exportação nos espaços de cerrados do Oeste da Bahia foi acompanhado, a partir do início da década de 1980, por um novo ciclo de desenvolvimento, com intenso e rápido processo de transformação das paisagens. Além disso, ocorreu um vigoroso movimento populacional intra-regional e inter-

regional, ocasionando a urbanização intensa de alguns de seus municípios cujas cidades são atualmente conhecidas como cidades do agronegócio (ELIAS, 2007).

A rápida expansão do modelo monocultor se deu em detrimento da diversidade dos cerrados. Ao longo de quatro décadas, mais da metade dos cerrados baianos foram reduzidos e substituídos por plantações de monoculturas ou pastagens (Figura 4). O eixo de expansão era no sentido oeste-leste, ou seja, dos topos dos tabuleiros para os vales dos rios. Com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA) o eixo de expansão ficou mais difuso; porém, com predominância para o norte do oeste baiano, onde as condições de obtenção de terras possuem características próximas às encontradas nas décadas de 1970-80 no oeste da Bahia.

A expansão desse modelo de desenvolvimento introduziu novas formas de relações de trabalho baseado no sistema assalariado, pressionando pequenos e médios agricultores a deixarem suas terras ou, quando permanecem, a se submeterem ao regime de trabalho imposto pelos novos proprietários das terras. Assim como ocorre em todo o país, esses pequenos e médios agricultores são os responsáveis pela produção de alimentos, o que impactou diretamente no sistema de segurança e soberania alimentar das populações locais, as quais se tornaram cada vez mais dependentes das externalidades impostas pelo sistema.

Neste sentido, Pitta e Cerdas (2017, p. 33) afirmam que “O capitalismo atual expulsa o trabalhador do processo produtivo e forma uma massa de excluídos a viverem em parcelas de terra insuficientes para sua reprodução e sobrevivência” apontando para a precariedade e violação dos direitos humanos nestas áreas de expansão agrícola. Seria uma nova agricultura, uma agricultura sem agricultores<sup>4</sup>. Os referidos autores complementam seu posicionamento indicando que “a superexploração do trabalhador, as condições de trabalho análogo à escravidão, o desemprego e a expropriação da terra ou do trabalho do campesinato não são fruto do atraso, mas sim da modernização endividada brasileira” (PITTA e CERDAS, 2017, p. 34) nesta perspectiva, tais facetas da modernização do campo expressam o aspecto contraditório do modelo de desenvolvimento pensado para o campo brasileiro ressaltando o caráter colonial camuflado pela modernidade.

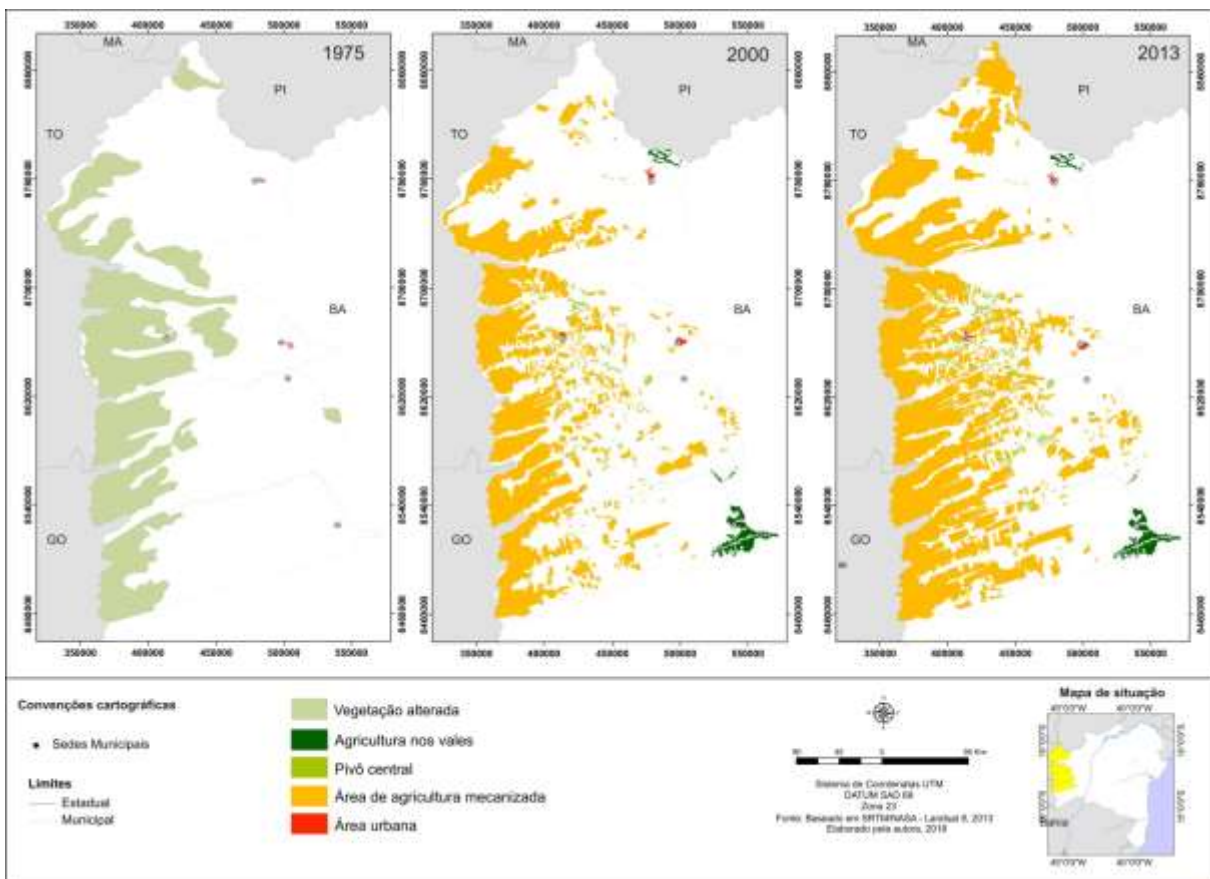
Diante deste cenário de negação à diversidade para introdução de homogeneidades é importante analisar também o caráter devastador do modelo do agronegócio em relação ao domínio morfoclimático do cerrado, o qual vem perdendo extensas áreas de vegetação ao longo dos anos para abertura de novas áreas agrícolas. O *front* de expansão no oeste da Bahia, como mencionado anteriormente, acompanhou o sentido oeste-leste localizando-se inicialmente nas áreas mais planas e elevadas dos chapadões onde possuem melhores

---

<sup>4</sup> Os resultados preliminares do censo agropecuário 2017 apontam para uma significativa redução de trabalhadores no campo, por conta da mecanização. A análise feita pelo IGBE aponta a média de ocupados por estabelecimento também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas, em 2017.

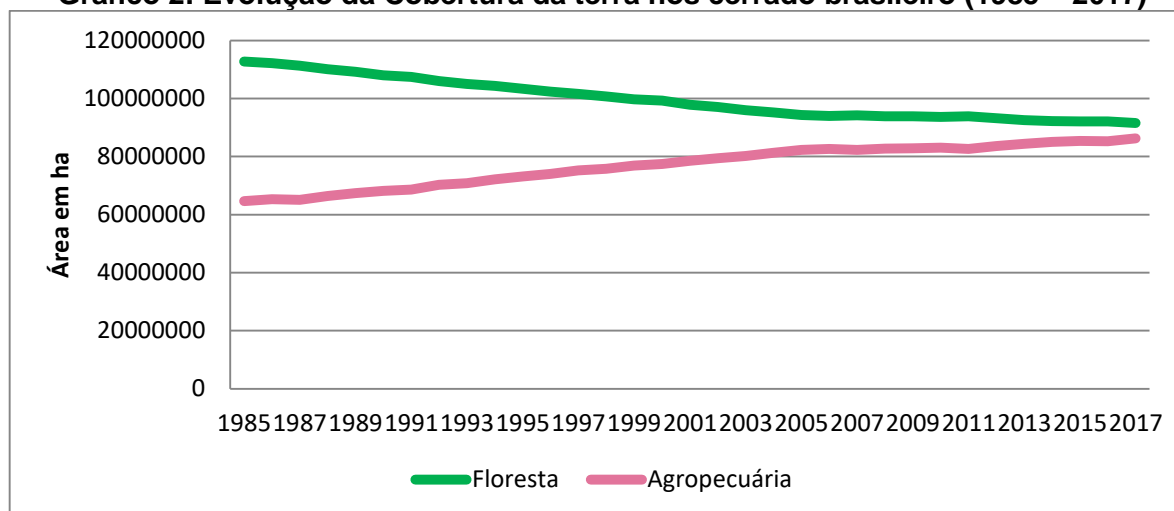
condições para mecanização e oferta de água expandindo-se para as áreas mais rebaixadas até os vales dos rios. A figura 3 representa a substituição da cobertura vegetal em alguns municípios do extremo oeste baiano, o que corresponde ao *front* de expansão das empresas do agronegócio exportador. É perceptível a total substituição da vegetação nativa ainda presente em 1975 pela agricultura mecanizada no ano 2000 e sua continuidade nos anos seguintes. Dados recentes resultantes do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil - MAPBIOMAS v.3.0 (2018), apontam que em 33 anos, houve a ampliação das áreas de agropecuária em detrimento das áreas vegetadas em todo cerrado brasileiro (Gráfico 2).

**Figura 3: Front de expansão do agronegócio na região do extremo oeste baiano (1975/2000/2013)**



Fonte: Autora, 2017

**Gráfico 2: Evolução da Cobertura da terra nos cerrado brasileiro (1985 – 2017)**



Fonte: MAPBIOMAS v.3.0, 2018. Disponível em: <http://mapbiomas.org/stats#>

A figura 3 ainda destaca a ampliação considerável no número de pivôs centrais na região (325 mil ha entre 1975 a 2013) o que equivale a 455 campos de futebol. Os pivôs centrais correspondem a áreas de irrigação em formato circular onde as águas são trazidas por sucção dos corpos d'água superficiais e/ou subterrâneos, utilizando grandes quantidades de água para irrigação da produção. O crescimento das áreas destinadas aos pivôs centrais tem desencadeado uma série de conflitos, a exemplo do que ocorreu no município de Correntina em novembro de 2017. Na ocasião, cerca de mil pessoas invadiram o estabelecimento da Fazenda Igarashi e destruíram os equipamentos responsáveis pela produção agroindustrial (tratores, galpões, bombas hidráulicas e pivôs de irrigação), demonstrando sua “digna raiva” pelo processo desigual de territorialização verticalizada do agronegócio nos seus espaços de vivência (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018). Tudo isso compromete substancialmente sua reprodução enquanto ser cerradense, geraizeiro, ribeirinho, vazanteiro e seus diversos outros modos de vida. Neste sentido, a discussão sobre o *front* de expansão do agronegócio perpassa para além da discussão sobre a terra, mas também sobre a água. Porto-Gonçalves e Chagas (2018) destacam que:

O novo padrão de ocupação e uso do solo consolida o histórico caráter latifundiário e, por suas novas tecnologias de apropriação de águas, sobretudo com seus pivôs centrais, além da concentração fundiária vem propiciando a concentração do uso da água e, assim, fez com que a questão hídrica se tornasse o cerne da questão agrária (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2018, p. 31).

Os bens naturais, assim como as populações dos cerrados estão sob ameaça constante, atendendo a interesses externos dentro de uma dinâmica global de crescimento ilimitado, cuja centralidade está fincada no lucro, na reprodução ampliada do capital, o qual transforma riquezas em recursos e bens naturais e os próprios seres sociais em mercadorias (BAUMAN, 2008).

### **A Fronteira Agrícola Nacional: Frentes de Expansão do Modo de Vida Imperial**

As sociedades latino-americanas na divisão internacional do trabalho possuem caráter fornecedor de matéria-prima para que outras nações tecnifiquem e supervalorizem o produto final. Neste processo primário de produção, também a terra, e principalmente a sua posse associada à água, torna-se elemento central. É importante ressaltar que a histórica formação territorial brasileira que tem como característica central a concentração de terras, também está relacionada - e muito fortemente - à apropriação das águas, tanto superficiais, quanto subterrâneas. Neste sentido, falar de territorialização de terras no Brasil é também falar de territorialização da água. As fronteiras não avançam em qualquer sentido, vão estrategicamente em direção aos corpos d'água e toda potencialidade que elas possuem.

Martins (2016) ressalta o pensamento de Alistair Hennessy (1978) ao afirmar que “sociedades como a brasileira ainda estão no estágio de fronteira” (MARTINS, 2016, p. 132). Ou seja, espaços que temporalmente se encontram no processo ainda de expansão sobre terras que, de alguma maneira, ainda não foram apropriados pelo uso comercial. A expansão da fronteira também se configura como sobreposição de territorialidades, uma vez que existem dois lados numa fronteira: o conhecido e o desconhecido, o local do enfrentamento do que lhe é estranho. Nesta perspectiva, Martins (2016, p. 133) declara que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

O avanço fronteiriço é constituído e marcado por destruições, mas também deve ser destacado como espaços de resistências, confrontos, protestos, defesa de direitos, de sonhos, esperança e fé.

A formação territorial do Brasil se configura como uma histórica luta social e étnica no avanço das fronteiras num processo acelerado de extermínio sócio-cultural dos povos originários, assim como camponeses e populações rurais que tiveram seus modos de vida cercados pelo “estrangeiro” agroexportador e latifundiário. Estrangeiro, neste contexto, é entendido na perspectiva de Martins (2016) em que todo aquele sujeito que vem de fora da comunidade é considerado estrangeiro, seja ele do mesmo país ou não. Sendo assim, tanto os sujeitos vindos de outros países, como os de outras regiões, estados ou municípios ganham a concepção de estrangeiro, ou seja, aquele que vem de fora e, portanto, não tem seu modo de vida associado ao espaço agora requerido.



Haesbaert (1995) aponta para esta relação com o sujeito estrangeiro ressaltando que o embate das fronteiras de pensamento e dos modos de vida geram conflitos para além da posse da terra e dos seus bens naturais, mas também em relação às identidades regionais estabelecidas entre os diferentes agentes daquele espaço. O estrangeiro chega com sua carga histórico-cultural causando desconforto e estranhamento aos habitantes locais, uma vez que grande parte desses encontros é marcada por uma ideia de superioridade, de colonialidade. Estes encontros de alteridades foram estimulados pelo Estado brasileiro, por meio dos grandes projetos de desenvolvimento sem, contudo, criar pontes para mitigar os conflitos gerados pelo embate de pensamentos.

A ocupação dos cerrados<sup>5</sup> brasileiros se deu com maior expressividade por meio de projetos de interiorização no país que associado à indústria e ao agronegócio, ambos os setores econômicos causam extrema degradação ambiental<sup>6</sup>. A definição destas fronteiras não pode ser compreendida distinta da situação do conflito social, uma vez que é “o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si” (MARTINS, 2016, p. 133). Neste embate de temporalidades e concepções de vida e de mundo, os opostos travam uma dura caminhada, na maioria das vezes, através de confronto violento marcado por assassinatos, depredações e ausência de respeito aos direitos humanos.

Estes conflitos, entendidos de alguma forma como também luta de classes, são intrínsecos ao modo hegemônico de produção, uma vez que, por meio da espoliação do outro, é que o lucro pode ser alcançado com maior vigor.

É relevante destacar a concepção diferenciada do processo de expansão entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Se, por um lado temos populações rurais, tradicionais, camponeses, ribeirinhos que concebem o avanço enquanto frente de expansão, por outro, existem os empresários, políticos, produtores para exportação que o concebem como frente pioneira, como que fosse um processo de ocupação do “não ocupado”, à modernização e introdução do modo vida imperial “civilizado” e “desenvolvido”. Martins (2016) aponta que:

a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida e induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionais e mortas (MARTINS, 2016, p.135 - 136).

Nesta perspectiva, a diferença encontra-se nos modos singulares de ser e agir no e com o espaço, seria uma espécie de territorializações concebidas em valores e orientações sociais distintas ou diferentes em algum grau e/ou intensidade. No entanto, é interessante

---

<sup>5</sup> Cerrados (plural) - entender a diversidade dentro de um mesmo bioma e suas diferentes formações físico-naturais e culturais.

<sup>6</sup> Entenda-se ambiente numa perspectiva holística compreendendo-o enquanto sistema composto da interação entre elementos naturais e sociais.

refletir sobre ambos os termos que ao final se referem à frente econômica, uma vez que as frentes têm como objetivo a apropriação da terra enquanto renda, produto e mercadoria, assim como base para outras mercadorias. Neste sentido, as frentes se desenham enquanto faces da reprodução ampliada do capital.

É na frente pioneira que o capital avança nos espaços, territorializando-os sob sua lógica de produção. A apropriação ocorre na maioria das situações utilizando-se de práticas não capitalistas. Isso ocorre principalmente no processo inicial de demarcação das terras, quando a força de trabalho quase nunca se configura como salário. O capitalismo neste formato, além de superexplorar, também expulsa o trabalhador do campo, promovendo uma “agricultura sem agricultores” ampliando a massa de excluídos, não lhes permitindo outra forma de reprodução da vida que não seja precária.

Neste sentido, a contradição modernidade-colonialidade fica ainda mais expressiva na concepção de des-envolvimento, uma vez que distancia as comunidades dos meios de reprodução de suas vidas, introduzem equipamentos técnicos modernos no processo produtivo que ao passo da ampliação do lucro e agilidade no processo produtivo, geram expropriação e rupturas com os modos de vida locais, desemprego e aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2010).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que o *front* do agronegócio avança não só na dimensão do concreto sobre as terras agrícolas, mas também na dimensão do simbólico, no que se refere aos direitos humanos levando em seu lastro questões como violência, trabalho escravo e expropriações. Além do impacto sobre a saúde humana decorrente do uso de agroquímicos nas lavouras com intoxicações de diversas naturezas como aponta os estudos de Bombardi (2011).

Essa ofensiva sobre os direitos humanos avança, muitas vezes, com o respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que, por meio de redes de interesses, articulam estratégias de ampliação de privilégios individuais em detrimento do interesse coletivo. São verdadeiros mecanismos de territorialização do capital do agronegócio no campo brasileiro. Um dos grandes exemplos desta articulação é a aprovação de projetos que fragilizam os direitos de comunidades tradicionais e/ou indígenas como a PEC 215/2000 que se constitui numa manobra de transferência da União para o Congresso nacional o processo de demarcação de terras indígenas, assim como o Novo Código Florestal (nº 12.651/2012) que anistia aqueles que cometeram desmatamento e a Lei de Agrotóxicos (nº 6.299/2002) que flexibiliza ainda mais a introdução de agroquímicos no processo produtivo de alimentos (BERGER e BÖLL, 2018).

Portanto, os *fronts* de expansão das fronteiras levam consigo mais que marcas concretas nas paisagens do campo brasileiro, trazem consigo o avanço simbólico do poder do capital globalizado sobre toda a diversidade dos modos de vidas locais, impondo novas

dinâmicas de ocupação e organização socioespacial. Trata-se de uma relação intrínseca global-local onde a contradição se faz presente cada vez mais aprofundando as desigualdades. O poder hegemônico do capital, por meio do discurso da modernidade avança com seus instrumentos de colonialidade invisibilizando as diversas formas de vida e produção espacial em comunidade.

### **Considerações Finais**

Os modelos hegemônicos de desenvolvimento cumprem seu papel de separar cada vez mais a sociedade e a natureza por meio da apropriação e mercantilização das riquezas naturais. Neste processo, o moderno e o colonial dialogam num híbrido de temporalidades, onde as técnicas e formas de produção avançam cientificamente, porém, as relações de trabalho e sujeição permanecem.

Os grandes projetos de desenvolvimento pensados e implementados no Brasil possuem características bastante semelhantes. São prioritariamente baseados na exploração e exportação das riquezas naturais em função da expropriação e exploração de grande parte da sociedade, principalmente os grupos invisibilizados pelo sistema social como os ribeirinhos, as comunidades de fundo e fecho de pasto, os geraizeiros, etc. Neste contexto, fazemos parte de uma rede de exploração global em que o capital está acima da vida e, com isso, o lucro vale mais que a preservação, mais que a manutenção da biodiversidade e muito mais que a pluralidade de se relacionar com a natureza e entre si.

As frentes de expansão se configuram como campos de batalha, não somente concreta, mas também ideológico. As fronteiras entre racionalidades impõem o aprofundamento das diferenças e conflitos, principalmente no que se refere à concepção e relação da sociedade com a natureza. Enquanto a racionalidade econômica tem como prisma o capital e sua reprodução através do lucro, as diversas outras formas de racionalidade como a ambiental (LEFF, 2007), as têm como centralidade o respeito e interação integrada com os elementos naturais. Há, neste sentido, uma crise de pensamento, uma crise do saber, que por muito tempo foi e ainda continua sendo colonizado pelos grupos hegemônicos e sobreposto a todas as demais formas de conhecimento e modos de vida.

A colonialidade se caracteriza, pois por uma das esferas da territorialização do capital globalizado sobre áreas de interesse econômico como as áreas dos cerrados do centro norte brasileiro que compõem o oeste da Bahia e o denominado MATOPIBA. Esta colonialidade amarrada à modernidade acaba por invisibilizar os diversos modos de vida das populações originárias, além de promover grandes desequilíbrios e impactos ambientais, assim como conflitos territoriais pela água e pela terra.

Pensar a modernidade do campo brasileiro é pensar a colonialidade presente nas suas formas de expansão, nas frentes de expansão e todo seu significado simbólico e concreto nas transformações dos espaços de interesse e no silenciamento do que há de mais rico no Brasil: povos, crenças, culturas e seus sistemas de relações dialéticos com a natureza.

## Referências

ALVES, V. E. L. (Ed.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARNALDO, M.; CERRADOS, S. **Araticum**. Coleção Sons do cerrado. 2002. Disponível em: <http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/2016/09/o-berco-e-morte-das-aguas.html>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

BAHIA, SEPLANTEC. CAR. **Programa de Desenvolvimento da Bahia do Rio Corrente**. Apoio às Pequenas Comunidades Rurais, Salvador, 1998.

BERGER, A.; BÖLL, H. **Atlas do Agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Fundação Heinch Böll Stif-Tung e Fundação Rosa Luxemburgo. 2018

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, v. 30, 2011. Disponível em: [www.fct.unesp.br](http://www.fct.unesp.br). Acesso em: 30/10/2018.

BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, v. 6, n. 1, 2010.

BRASIL. **Agência Nacional das Águas – ANA**. Metadados. 2018. Disponível em: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.447 de maio de 2015**. IPI Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm). Acesso em: 16 de maio de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados**. 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/informacoes-ambientais.html>. Acesso em: 19 de março de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

BRASIL. **Projeto de lei 12.651 de 2012**. IPI Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm). Acesso em: 13 de julho, 2018.

BRASIL. **Projeto de lei 6.299/2002**. IPI Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1672866&filename=PL+6299/2002](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1672866&filename=PL+6299/2002). Acesso em: 17 de julho de 2018.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215 de 2000**. IPI Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562#marcacao-conteudo-portal>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

DINIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento económico**: modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DINIZ, J. A. F. **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

EMBRAPA. **MATOPIBA**: indicação de microrregiões e cadeias produtivas prioritárias. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica- GITE, 2015.

HAESBAERT C. R. **“Gaúchos” no nordeste**: modernidade, des-territorialidade e identidade. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1995. 385p

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. CASTRO, I. E. et al. (Org.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

HENNESSY, Alistair. **The frontier in Latin American history**. London, Edward Arnold, 1978.

LANDER, E. et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA NETO, J. (Org.). **Descolonizar o Imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; Elefante, 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4ed. Ver. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 239p

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016

PITTA, F. T.; CERDAS, G. **Impactos da Expansão do Agronegócio no Matopiba**: Comunidades e Meio Ambiente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, 2017. v. 1. 82p

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; BRITTO, S. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA.** Documento de trabalho, inédito, 2018. Disponível em: <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>. Acesso: 20 de setembro de 2018.

Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil - MapBiomias – Coleção 3.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. **Estatísticas.** Disponível em: <http://mapbiomas.org/stats>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, n. 37, p. 4-28, 2002

QUIJANO, A.; LANDER, E. A colonialidade do saber. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais–perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. soc. soc**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SANTOS, C. C. M. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80.** Salvador: [s.n.], 2000. 232 p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

\_\_\_\_\_. **O Espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região.** Tese. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007. 239p.

SANTOS, C. C.M.; VALE, R. (Org.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco.** Editora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção.** São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente.** São Paulo: Gaia, 2003.

SRTM. **Shuttle Radar Topography Mission.** 1975/2000/2013. Disponível em: <http://seamless.usgs.gov>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

VIGNA, A. Aos cuidados dos proprietários da terra. **Le Monde Diplomatique Brasil,** São Paulo, maio 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/aos-cuidados-dos-proprietarios-de-terra/> Acesso: 15 de julho, 2018.

---

## Sobre os autores

---

**Simony Lopes da Silva Reis** – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço baiano; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6331-3854>.

**Noeli Pertile** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3245-415X>

---

### **Como citar este artigo**

---

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. Tanto as tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito foram desenvolvidas por **Simony Lopes da Silva Reis**. A revisão crítica foi realizada pelas autoras **Simony Lopes da Silva Reis** e **Noeli Pertile**. A autora **Simony Lopes da Silva Reis** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados em trabalho de campo e gabinete; e suas interpretação e análise; já **Noeli Pertile** ficou responsável pela revisão e correção do texto. E as duas, pela interpretação e análise pelos procedimentos técnicos do artigo.

Recebido para publicação em 23 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 18 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 11 de janeiro de 2019.

---